

Ensino de instrumentos musicais em contextos não formais: limites e perspectivas

Cledinaldo Alves Pinheiro Júnior

UFPB

cledinaldojunior@yahoo.com.br

Resumo: Esse trabalho trata do ensino de instrumento coletivo em espaços não formais. O objetivo é fazer uma reflexão sobre o ensino coletivo de instrumento, realizando na literatura existente, uma pesquisa bibliográfica que busque as inter-relações entre o aprendizado coletivo e os espaços não formais, apresentando reflexões que ajudem a complementar a formação do licenciando em música. Também são contempladas sugestões metodológicas para o ensino em grupo com bases em teorias de aprendizagens cooperativas.

Palavras chave: Ensino coletivo de instrumento. Ensino não formal. Aprendizagem cooperativa.

Introdução

O campo de trabalho do educador musical tem crescido cada vez mais nos últimos anos, oportunidades em diferentes frentes do ensino vêm aumentando, exigindo dos profissionais diferentes competências e uma formação mais abrangente. A discussão em torno de assuntos que abordem o ensino de música e a formação do educador musical tem apresentado significativos avanços nas transformações de teorias e metodologias no ensino de música (Almeida, 2005; Santos, 2006; Kater, 2004).

Chama a atenção dois assuntos em destaque nesse cenário. O primeiro se refere a crescente discussão em torno do ensino coletivo de instrumento, com a busca por novas metodologias, relatos de experiências e a inserção em diferentes contextos do ensino de música. O segundo, a respeito das reflexões sobre o ensino de música em contextos não formais, em especial as possibilidade de atuação do licenciando em música nesses contextos de formação.

Tendo em vista que esses dois assuntos merecem maior abordagem, o presente artigo propõe trazer uma reflexão sobre: definições, limites, perspectivas, possibilidades metodológicas e competências necessárias para atuação do educador de música nesses cenários. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é fazer uma reflexão sobre o ensino coletivo de instrumento no contexto não formal de ensino, buscando na literatura existente inter-relações que ajudem a complementar a formação do licenciando em música.

Fundamentação Teórica

A música desempenha papel marcante na sociedade, são diversos os exemplos da utilização da música como agente transformador de um espaço. Apesar do poder da música para a ação social, desenvolver um trabalho educativo-musical é bastante complexo. Existem várias competências e um perfil de profissional esperado para atuação em contextos não formais, um bom começo para o profissional que vai atuar nesses espaços, é ter em mente as definições, competências necessárias para o educador e o papel esperado da educação musical no ensino não formal.

Segundo Kater (2004, p. 46), “encontramos proposições de ‘educação musical’ em espaços de ação social promovidos por entidades de utilidade pública, associações sem fins lucrativos, projetos especiais, centros de atendimento e reclusão, liberdade assistida, hospitais, abrigos, asilos, etc.”. São diversos os locais onde podemos encontrar a música, mas Kater levanta algumas preocupações a respeito da presença da música nesses espaços, em geral existe apenas o oferecimento da música porém projetos educativos-musicais são raros.

Em relação à discursão levantada por Kater, temos duas frentes de trabalho em contextos não formais: os projetos sociais e as ONG’s. Segundo Stephanou et al. (2003, p. 1 apud ALMEIDA, 2005, p.50), ação social é um conjunto “ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre uma determinada problemática”. Para Oliveira (2003, p. 95), “uma ONG é uma organização não governamental criada para solucionar problemas específicos de um contexto sociocultural, que, de outra forma, não seriam solucionados pelo governo ou pela sociedade em geral”.

É importante que o profissional inserido nesse contexto tenha a consciência do papel da educação musical, para que não ofereça apenas a música mas uma formação educativo-musical. A perspectiva de Kater (op. cit.) é bastante relevante nesse sentido, a educação musical deve desempenhar funções humanizadoras, devendo “favorecer modalidades de compreensão e consciência de dimensões superiores de si e do mundo, de aspectos muitas vezes pouco acessíveis no cotidiano, estimulando uma visão mais autêntica e criativa da realidade” (KATER, 2004, p.44).

Nesse cenário, Oliveira (2003) destaca o fraco desenvolvimento dessa área de trabalho do educador musical, devido a falta de fundamentação e de competências dos profissionais na sua formação. Para Oliveira, o educador musical que vai trabalhar em

contexto não formal de ensino, precisa possuir as seguintes competências: entender a estrutura de funcionamento e os objetivos da instituição, possuir habilidades de relacionamentos interpessoal, constante pesquisa para se atualizar, capacidade de liderança, flexibilidade, inteligência lógica-pedagógica e entender sobre as expectativas e interesses das instituições que apoiam financeiramente o projeto, para conseguir recursos financeiros. Todavia o trabalho do educador musical passa a ser cíclico, existindo um fluxo entre a teoria e prática de forma reflexiva.

As atividades de execução instrumental coletiva desenvolvem papel importante em projetos sociais, principalmente na integração em grupo, elemento fundamental para a prática educacional. Em pesquisa realizada por Santos (2005), os aspectos relacionados à execução instrumental/vocal foi proporcional a satisfação dos alunos no projeto social.

O trabalho com ensino coletivo de instrumento em ambientes não formais é bastante comum, seja na formação de bandas de colégios, trabalho com música de câmara, formação de orquestras em projetos sociais. A socialização que o aprendizado coletivo proporciona é bastante proveitoso, o desenvolvimento dos alunos é possibilitado pelos intercâmbios sociais existente em grupo. Trajano (2012) destaca que:

Em instituições ou projetos que trabalham com a metodologia coletiva, ouvem-se relatos de experiências vividas pelos participantes envolvidos no processo, descrições que contribuem para comprovar que ensinar música coletivamente, possibilita um ambiente favorável ao desenvolvimento e aprendizado de todos (TRAJANO, 2012, p.26).

Assim a literatura que contempla o ensino de música em ambientes não formais, bem como a literatura do ensino coletivo de instrumento, pode apresentar importantes possibilidades de intersecção entre as práticas não formais e as práticas de ensino coletivo, buscando contribuições para as atividades de educação musical em projetos de ação social e ONG's.

O ensino de instrumentos musicais em grupo: metodologias de ensino

É possível destacar alguns tópicos que envolvem o ensino coletivo de instrumentos, que são necessários para uma formação mais efetiva. Outras questões importantes de serem abordadas no ensino coletivo de instrumento no contexto não formal, envolvem alguns aspectos como: dinâmicas de grupo, o papel do professor e por fim os aspectos da teoria da

cooperatividade no ensino em grupo, que são relevantes para uma maior compreensão, buscando inter-relações existentes na literatura atual.

No primeiro contado que temos com o ensino em grupo, é importante que o professor tenha a capacidade de gerir problemas encontrados durante esse processo e manter o ensino em grupo e não direcionado individualmente. Enoch destaca que:

A maior dificuldade do ensino em grupo é manter a aula dirigida para o grupo como um todo e não permitir que degenere numa aula de cinco minutos, na qual uma criança de cada vez tem toda a atenção do professor ao piano enquanto as restantes do grupo fazem outra coisa qualquer (ENOCH, 1978, p. 2, apud ROCHA, 2012, p.11).

Ainda nessa questão, é necessário que o professor tenha essa gestão da sala sob seu controle. Uma das ferramentas que podem ser utilizado para isso é a dinâmica em grupo. Segundo Rocha (2012) é função do professor eleger e destinar papéis a serem assumidos por alunos em sala de aula, isso se faz necessário para uma boa dinâmica de grupo e para que seja desenvolvidas competências nos alunos, desta forma o aluno pode assumir papéis de “interprete a ouvinte, de crítico a encorajador, de tutor a aprendiz, cuja alternância pode constituir uma considerável mais-valia para a sua formação”. Segundo Ley (2004), “numa aula de grupo, frequentemente os alunos podem aprender uns com os outros, tanto ou mais do que com o professor. O estilo mestre-aprendiz é substituído por um que encoraja o apoio dos pares e desenvolve a aprendizagem autônoma” (LEY apud ROCHA, 2012, p.12).

Ainda segundo Rocha, existe um importante papel que o professor deve desempenhar nesse processo, sendo de extrema importância assumir o papel de “professor-facilitador”, desta forma “não limitando a comunicação à exposição de assuntos e processos de modelagem, mas encorajando a discussão e a demonstração pelos próprios alunos” (op. cit. p. 12).

Uma das possibilidades metodológicas para a efetivação dessas diretrizes é pensar no processo de aprendizagem cooperativa para o ensino coletivo de instrumento. Fisher (apud ROCHA, 2012, p. 15) elenca cinco elementos fundamentais da aprendizagem cooperativa: interdependência positiva, interação cara-cara, responsabilização individual, competências sociais, processamento em grupo.

Segundo Ribeiro (2006, p. 25) a *interdependência positiva* pode-se conseguir através de algumas estratégias específicas, como a divisão de tarefas, atribuição de recompensas,

estabelecimento de objetivos comum para o grupo. Johnson & Johnson (1999 apud RIBEIRO, 2006, p.25) referem que sem a interdependência positiva não há aprendizagem cooperativa que desenvolve um importante papel de criar o compromisso com o sucesso dos outros, o qual é uma das bases da aprendizagem cooperativa.

Lemos (2012, p. 101) ao trazer importantes considerações sobre a aprendizagem cooperativa, diz a respeito do segundo elemento *interação face-a-face* que: “trata do diálogo que os atuantes fazem entre si para propor ideias, sugerir soluções de problemas e tratar do desenvolvimento de habilidades musicais”. Facilita no encorajamento dos alunos, o momento que permite que os alunos estejam frente a frente, facilita as trocas para que juntos alcancem os objetivos do grupo (RIBEIRO, 2006, p. 37).

O terceiro elemento *responsabilidade individual*, é entendido por Ribeiro (2006, p. 26) como uma atividade em que “Cada grupo deve sentir-se responsável pelas aprendizagens definidas para esse grupo, e cada membro será responsável pela tarefa que lhe foi atribuída”. Desta forma, o grupo é avaliado como um todo, sendo essa avaliação resultante do papel de cada um no grupo. A aprendizagem cooperativa pressupõe que os alunos aprendam em grupo para que posteriormente aplique individualmente.

O quarto elemento se refere as *competências sócias*, elemento fundamental para a educação não formal no terceiro setor. O aspecto social do aprendizado em grupo é bem significativo, pois neste ponto os alunos aprendem as competências necessárias para desenvolverem os objetivos em grupo. O grupo por sua vez necessita desenvolver competências sociais para um melhor ensino, Pujolás (2001 apud Ribeiro, 2006, p.37) levante algumas das funções dessas competências sócias que foram elencadas na Tabela 1:

Tabela 1: quadro com principais funções do desenvolvimento das competências sociais.

Competências sociais

- Todos os elementos se conheçam e confiem uns nos outros;
 - Dentro do grupo exista um diálogo aberto, direto;
 - Todos os elementos do grupo respeitem as diferenças individuais e se apoiem uns aos outros;
 - Resolvam de forma construtiva os eventuais conflitos que surjam dentro do grupo.
-

Fonte: Pujolás (2001 apud Ribeiro, 2006, p.37).

O quinto e último elemento da aprendizagem cooperativa é o *processamento em grupo*. Segundo Johnson & Johnson:

referem que esta avaliação ocorre quando os elementos do grupo analisam em que medida os objetivos do grupo estão a ser alcançados, tendo em conta as regras definidas. Devem ainda determinar quais as atitudes positivas e negativas e quais as condutas que o grupo deve manter ou modificar (JOHNSON & JOHNSON, 1999 apud RIBEIRO, 2006, p.25).

Diante dessas considerações, torna-se oportuno as ideias geradas pela aprendizagem coletiva, utilizando como método para a prática do ensino coletivo de instrumento. É possível promover com essas ideias, a construção de conhecimentos, visando à integração e colaboração entre os membros do grupo.

Conclusão

O ensino de instrumento coletivo ainda é uma área em crescimento, tendo nos últimos anos significativos avanços. É importante que o licenciando em música, tenha consciência das possibilidades profissionais que envolve o ensino coletivo em diversas frentes do ensino. O desenvolvimento das competências necessárias para atuação desse profissional e as constantes atualizações metodológicas, são necessários para o sucesso no trabalho com o ensino coletivo.

É importante que o profissional que vai trabalhar com ensino coletivo, tenha em mente que o conhecimento em grupo deve ser construído coletivamente por seus membros, é papel do professor gerir esse processo. A construção em grupo desenvolve uma realização por parte de seus membros, desta forma é importante destacar o resultado dos objetivos que foram escolhidos.

Pode-se não se ter no presente momento, a dimensão total das possibilidades metodológicas relacionadas a gestão do aprendizado instrumental coletivo. Todavia, é importante que o educador musical desenvolva uma prática reflexiva, desenvolvendo diálogos entre teoria e ação. Sendo importante destacar a necessidade de mais pesquisas na área que possam atualizar e melhorar as atuais metodologias de ensino.

Referências

ALMEIDA, Cristina Maria Galdino de. Educação musical não-formal e atuação profissional. *revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 13, 49-56, set. 2005.

KATER, Carlos. O que podemos esperar da educação musical em projetos de ação social. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 10, 43-51, mar. 2004.

LEMONS, Daniel. Considerações sobre a elaboração de um método de Piano para Ensino Individual e Coletivo. In: *Revista do Conservatório de Música da UFPEL*, Pelotas, N. 5, p. 98-125, 2012.

OLIVEIRA, Alda de. Atuação profissional do educador musical: terceiro setor. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 8, 93-99, mar. 2003.

ROCHA, Eduardo António Magalhães da Mota. O ensino de piano em grupo: contributos para uma metodologia da aula de piano em grupo no Ensino Vocacional da Música para os 1º e 2º graus. Dissertação (mestrado) Universidade de Católica Portuguesa, 2012.

SANTOS, Carla Pereira dos. Projetos sociais em educação musical: uma perspectiva para o ensino e aprendizagem da música. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 16., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPOM, 2006, p. 108-112.

TRAJANO, Tayane da Cruz. O ensino coletivo de instrumentos musicais: o processo de ensino-aprendizagem da Escola de Música do Bom Menino. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.